

## **A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PERDEU PRIORIDADE**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 16.10.1983

Nos anos setenta a distribuição da renda tornou-se uma prioridade nacional, ainda que os resultados alcançados tenham sido pequenos. Nos anos oitenta o desemprego, a pobreza absoluta e a decorrente necessidade de retomar o desenvolvimento tornaram-se os problemas fundamentais. No futuro a distribuição da renda voltará a ser uma prioridade, na medida em que os trabalhadores readquiram capacidade de reivindicá-la.

No início dos anos setenta, quando estávamos em pleno “milagre” econômico e em plena ditadura, foram publicados os resultados do censo de 1970. Em seguida uma série de estudos comprovaram o que alguns analistas já vinham denunciando: a expansão econômica ou o “novo modelo” de desenvolvimento estava baseado em um decidido processo de concentração de renda que englobava não apenas a grande burguesia mas também a classe média, marginalizando os trabalhadores.

Esse fato foi devidamente verificado, analisado e denunciado. Transformou-se, em seguida, em uma questão política. Serviu de base para a campanha e a vitória do MDB nas eleições de 1974. E no final desse ano, quando a concentração de renda dever ter atingido o auge no país, já se podia afirmar que um consenso se estabelecera quanto à necessidade de melhorar a distribuição da renda.

Sugere-se, agora, que nada aconteceu em seguida, que não foram implementadas medidas distributivas em função do consenso estabelecido. Embora seja verdade que nada de dramático foi feito nessa área, não é correta a afirmação de que nada foi feito. Se isso fosse verdade seríamos obrigados a concluir que a política econômica nos últimos dez anos foi completamente insensível às pressões da sociedade civil o que obviamente não aconteceu, apesar de todo o conservadorismo e autoritarismo do Governo.

Tudo indica que a concentração de renda, que agravou-se profundamente no Brasil entre 1960 e 1970, manteve-se, no decênio seguinte em nível estável. A participação na renda dos 10% mais ricos, que era de 46,5% em 1970 passou para 47,9% em 1980. O crescimento da concentração foi, portanto, mínimo. E se os dados de 1970 forem ajustados para se tornarem perfeitamente compatíveis com os de 1980, conclui-se que, enquanto a economia crescia substancialmente, não houve qualquer concentração de renda.

Na verdade, se tomarmos outros dados (vejam-se os PNADs de 1972 e 1976 e o artigo que publiquei em Estudos Econômicos, setembro de 1978, “Os Desequilíbrios da Economia Brasileira e o Excedente”) verificaremos que a renda continuou concentrando-se até 1974 e em seguida entrou em um processo moderado de desconcentração, que teve como resultado anular a concentração dos primeiros quatro anos da década.

Essa concentração moderada mas efetiva foi consequência de dois fatores. Em primeiro lugar temos que a partir de 1974 começa um processo de desaceleração cíclica. Ora, nos períodos de desaceleração os lucros tendem a cair mais do que os salários, desconcentrando a renda. Em segundo lugar, as eleições de 1974 serviram como uma advertência para o Governo e levaram-no a mudar sua política concentradora. Especialmente na área salarial as mudanças foram significativas já a partir de novembro de 1974. Os movimentos sindicais ocorridos a partir de 1978 aceleraram as mudanças.

As mudanças, entretanto, não foram dramáticas pela simples razão que o consenso estabelecido no início dos anos setenta foi um consenso reformista, não um consenso revolucionário. O sistema capitalista não foi posto em questão. O que se pretendeu foi simplesmente melhorar um pouco a distribuição da renda. E esse objetivo foi parcialmente alcançado.

Neste momento, entretanto, quando o Brasil enfrenta a maior crise econômica da sua história, é preciso assinalar que a questão da distribuição da renda é pouco pertinente. Quando a renda por habitante está em acelerado processo de redução, quando o desemprego assola o país e quando os índices de pobreza absoluta (que diminuíram nos anos 70) devem estar aumentando de forma dramática, o problema fundamental não está

na distribuição da renda, mas na produção dessa renda. O problema está em encontrar uma política de ajustamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos e uma alternativa à política recessiva do Fundo Monetário Internacional.

Esse é o verdadeiro desafio que a sociedade civil brasileira enfrenta no início dos anos setenta e que, até agora, não soube resolver. O desafio dos anos setenta a distribuição da renda foi enfrentado de forma muito limitada. Agora, e provisoriamente, encontra-se em segundo plano, diante da ameaça maior da estagnação, da fome de muitos e do empobrecimento geral. Diante de uma situação como esta o problema de distribuir melhor a renda é ainda essencial, mas aumentar a produção e o emprego tem uma eficiência em termos de bem-estar da população muito maior. O problema da distribuição de renda voltará a ser um problema fundamental da sociedade brasileira nos anos noventa, quando os trabalhadores, voltando a condições mais próximas do pleno emprego, tiverem melhores condições de exigir seus direitos.(16/10)